

2<sup>ND</sup> COMPUTERS, PRIVACY AND DATA PROTECTION CONFERENCE LATAM | 12-13 JULY, 2022 | FGV, RJ, BRAZIL

---

**CPDP**  
LatAm 2022

**ARTIFICIAL INTELLIGENCE  
AND DATA PROTECTION IN  
LATIN AMERICA**

---

**CPDP LATAM 2022  
OUTCOME REPORT**

## Summary

Foreword.....	3
<b>Day 1 – July 12th, 2022</b> .....	<b>4</b>
“Dados abertos contra dados pessoais: como equilibrar transparência e proteção de dados” .....	4
“All eyes on me? The increasing trend of automated technologies in border surveillance” .....	5
“Dado individual, dimensão comunitária: os desafios para a tutela coletiva na proteção de dados pessoais” .....	6
“Inteligencia artificial, datos y ética en América Latina: como estamos y hacia dónde vamos?” .....	7
“Diálogo Brasil-China sobre inteligência artificial e proteção de dados” .....	8
“Inteligencia artificial, remoción de contenido y libertad de expresión” .....	9
“Research Data, AI and Data Protection Law: What Research 'Exceptions' Mean for the Development and Use of AI Technologies” .....	10
“Vigilâncias na América Latina e suas implicações sócio-políticas: localizando, generificando e racializando o debate” .....	11
“Cidades inteligentes no Brasil: questões transversais do direito à cidade aos direitos digitais” .....	13
“Mudanças na política de privacidade do Whatsapp: atuação interinstitucional de autoridades de proteção de dados, concorrência e consumidor” .....	14
“Proteção de dados de crianças e adolescentes e IA: uma mirada sul-americana” .....	15
“Tackling surveillance through decentralization – discussing infrastructure and token economics” .....	16
<b>Day 2 – July 13th, 2022</b> .....	<b>17</b>
“Como regular os usos de alto risco da biometria em sistemas de IA” .....	17
“Digital transformation: what role for data privacy” .....	18
“Do not break them up... Break them open! Emerging approaches in the BRICS to data portability and interoperability in digital ecosystems” .....	19
“Tem um robô no parquinho! Como fomentar inovação e desenvolvimento ético com projetos de sandbox regulatório em inteligência artificial” .....	20
“Comparando as abordagens brasileira e europeia de governança de IA e de dados” .....	21
“Lawyers under digital surveillance” .....	22
“Privacy preserving machine learning and addressing privacy harms” .....	22
“Tendencias en la implementación de IA: una perspectiva crítica desde el sur global” .....	23
“Pré-lançamento do Web Summit” .....	24

“Promises and practical challenges to data protection compliance for SMEs: a comparative view across LatAm” ..... 25

“Reconocimiento facial em América Latina: de la vigilancia invisible a la supervisión informada com perspectiva de derechos humanos” ..... 26

“Transparência algorítmica, accountability e preservação do segredo de negócio” 27

## Foreword

The Computers, Privacy and Data Protection Conference Latin America (CPDP LatAm), although not as traditional as its European counterpart, has already started to make its mark in the Latin-American data protection scene. In its second edition, the Conference was able to gather dozens of scholars, activists, students, government officials and representatives from both civil society organizations and the private sector in a hybrid event hosted in Rio de Janeiro.

The Conference's format, valuing the interaction between different stakeholders, allowed the presentation of high-level panels and relevant debates. The result was many meaningful interactions between different stakeholders, in an environment fostering debate and positive criticism.

CPDP LatAm 2022's theme was "Artificial Intelligence and Data Protection in Latin America". Over the course of two days, panelists discussed different aspects within the general theme, ranging from the challenges posed by the implementation of surveillance technologies to automated content moderation in social media. The Conference also staged the pre-launch of Rio's Web Summit, which will be held in 2023.

This Outcome Report aims to summarize the main results from each of the panels, presenting an overview of the topics discussed and an important account of the research outputs derived from those discussions.

## Day 1 – July 12th, 2022

### Dados abertos contra dados pessoais: como equilibrar transparência e proteção de dados

*MyData Track*

Organização: Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio (CTS-FGV) & Base dos Dados

Moderação: José Luiz Nunes (CTS-FGV) & Fernanda Scovino (Base dos Dados)

Palestrantes: Natalia Carfi (Open Data Charter); Julio López (DataLat); Ana Paula Vasconcellos (Prefeitura do Rio de Janeiro); Bruno Bioni (Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa – DPBR).

- Discutimos o status de proteção de dados e legislação de dados públicas e transparência para o setor público. Os palestrantes destacaram algumas diferenças entre países que tem leis de transparência mais antigas, como o caso do Brasil, do que leis de proteção de dados, e outros casos em que as leis de proteção de dados são anteriores. Foi destacada a importância de uma metodologia para avaliar o possível impacto da publicação de dados públicos, como relatórios de impacto a proteção de dados.
- Partindo da última ideia mencionada, estamos organizando um projeto de pesquisa dentro do CTS para aprofundar estudo e disponibilizar recursos de transformação digital e disponibilização de dados se adequando aos requisitos da LGPD. Nessa perspectiva, queremos propor um formato de estudo de impacto que abarque considerações de dados abertos, cibersegurança e proteção de dados pessoais. Como produto, pretendemos disponibilizar um portal que auxilie entidades que precisem se adequar aos requisitos e elaborar um artigo acadêmico contribuindo para o desenvolvimento do tema.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçá também no [Spotify](#).

## All eyes on me? The increasing trend of automated technologies in border surveillance

Organização: Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa - DPBR

Moderação: Rafael Zanatta (DPBR)

Palestrantes: Helena Secaf (DPBR); Ksenia Bakina, (Privacy International - PI); Eduardo Carrillo, (TEDIC); Eduardo Ferreyra (Asociación por los Derechos Civiles - ADC); Camilla Graham Wood, (Privacy International - PI).

- O painel "All eyes on me - the Increasing Trend of Automated Technologies in Border Surveillance" ("Todos os olhos sobre mim: a crescente tendência de vigilância nas fronteiras por meio de tecnologias automatizadas") tinha como objetivo trazer à tona tendência de utilização de tecnologia para assegurar a segurança nas fronteiras. Não se limitando a questões sobre ausência de decisões humanas, tocou em problemas como integração e compartilhamento de bases de dados, opacidade do processo, vácuo regulatório, capacidade das tecnologias empregadas e riscos de violações a direitos fundamentais. Contou com a presença de painelistas de quatro países diferentes (UK, Brasil, Argentina e Paraguai), justamente para reunir e comparar experiências, relatos, pesquisas e percepções distintas sobre essa tendência global, buscando refletir sobre o papel da sociedade civil frente aos riscos de violações a direitos fundamentais que podem resultar do emprego opaco e irresponsável dessas tecnologias. De maneira sucinta, tocou-se nos seguintes pontos:
  - Confirmação de todos os países acerca da tendência de datificação de vigilância das fronteiras, ressaltando que isso tem acontecido de maneira opaca, pouco escrutínio público e geralmente em um vácuo regulatório. Foram apresentados como exemplos políticas migratórias que se utilizam de compartilhamento de dados, extração de dados de celulares, inteligência em redes sociais (inclusive no que tange a verificação de idade de crianças e adolescentes), identificadores por meio de GPS. (ver mais) e reconhecimento facial (ver mais). Outro exemplo dado refere-se ao estudo exploratório sobre o Centro Integrado de Operações na Fronteira (CIOF), programa de segurança coordenado pela inteligência brasileira - com ligação pouco institucional/formal com autoridades paraguaias - que

busca, por meio da integração e compartilhamento de base de dados de agentes de segurança pública, combater o crime na tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) sem regulação clara. (ver mais)

- o Dentre muitas outras, destacou-se a dificuldade de se quebrar a narrativa da eficiência tecnológica, bem como a importância da criação de uma contra-narrativa que não se coloque como contrária à segurança pública, mas que, a partir da narrativa de necessidade de segurança, demonstre os perigos do emprego opaco e não regulado dessas tecnologias.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçá também no [Spotify](#).

## **Dado individual, dimensão comunitária: os desafios para a tutela coletiva na proteção de dados pessoais**

Organização: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec

Moderação: Luã Cruz (Idec)

Palestrantes: Juliana Oms (Idec); Michel Souza (Derechos Digitales); Beatriz Cunha (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro); Carolina Rossini (The Datasphere)

- As pessoas palestrantes destacaram a importância da tutela coletiva na proteção de dados pessoais, dada a racionalidade do *big data* com danos coletivos frequentes - citando exemplos de reconhecimento facial, vazamento de dados, etc.
- Comentam também as assimetrias de informação e de poder exacerbadas nas práticas de dados nas novas tecnologias. Um exemplo, dado pela defensora pública Beatriz Cunha, é a dificuldade da defensoria pública de identificar os danos apenas pelos relatos e percepções dos assistidos, em comparação com outras áreas, tendo em vista a opacidade do mercado e a dificuldade do titular identificar o dano. Nesse sentido, regras de transparência foram consideradas prioritárias.

- As pessoas palestrantes também citaram a importância da proteção de dados judicialmente, extrajudicialmente (via notificações, acordos, etc) e pela tutela constitucional (como pelo habeas data) e administrativa. Neste último destaca-se o caso do WhatsApp, investigado por diversas autoridades. Michel Souza também exemplifica a diversidade de instrumentos desse microssistema de tutela coletiva, além da Ação Civil Pública, cita o Amparo Coletivo usado em um caso argentino de reconhecimento facial, semelhante ao mandado de segurança.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçá também no [Spotify](#).

## **Inteligencia artificial, datos y ética en América Latina: como estamos y hacia dónde vamos?**

Organización: Centro de Estudios en Tecnología y Sociedad de la Universidad de San Andrés - CETyS

Moderación: Maia Levy Daniel (CETyS);

Panelistas: Jamila Venturini (Derechos Digitales); Laís de Oliveira Ramalho (Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio); Marcela Mattiuzzo (VMCA Advogados); Jimena Moreno González (Centro de Investigación y Docencia Económicas - CIDE); Jonathan Mendoza (Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales – INAI).

- Durante el panel, los/as panelistas–provenientes de gobierno, sociedad civil y academia de América Latina– describieron el escenario regional en materia de implementación de sistemas de IA en el sector público y plantearon los principales desafíos en relación con la protección de los datos personales–por ejemplo, en el caso de sectores vulnerables.
- Se identificaron también posibles riesgos éticos y requisitos necesarios para proteger los datos personales de los/as ciudadanos/as. Los/as panelistas analizaron casos de uso de IA específicos en el sector público, las características

según el área dentro del sector público en la que se implementen los sistemas de IA, así como las demandas desde la sociedad civil. Se presentaron los requisitos que deben cumplir los sistemas de IA, y su relación con principios éticos y los Objetivos de Desarrollo Sostenible de Naciones Unidas. Además, se examinaron recomendaciones—tanto a nivel regional como global— para el tratamiento de datos utilizados en los sistemas de IA. Los/as panelistas examinaron también los proyectos de regulación y la estrategia de IA en Brasil, así como sus desafíos particulares.

Vea la grabación completa del panel en [Youtube](#).

Escúchalo también en [Spotify](#).

## **Diálogo Brasil-China sobre inteligência artificial e proteção de dados**

Organização: Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio

Moderação: Evandro Carvalho (Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio)

Palestrantes: Sofia Chang (CTS-FGV/Projeto CyberBRICS); Larissa Chen (CTS-FGV/Projeto CyberBRICS); Sra. Tian Min (Cônsul-Geral da República Popular da China no Rio de Janeiro); Thiago Moraes (Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD).

- A Cônsul Geral da China no Rio, a Sra. Tian Min, fez abertura do painel, referenciando as relações entre o Brasil e China, e os desenvolvimentos recentes na China em relação a proteção de dados, regulação de inteligência artificial e cibersegurança, dando como exemplo as leis PIPL (Personal Information Protection Law), DSL (Data Security Law), e Lei de Cibersegurança (de 2017). Destacou, também, o desenvolvimento
- Thiago Moraes falou sobre a atuação recente da ANPD, principalmente na frente de inteligência artificial - mencionou o sandbox e o painel sobre o sandbox que ocorreria na data seguinte, e os estudos comparados realizados na frente de regulação de IA.

- Larissa falou sobre os desenvolvimentos recentes no cenário legislativo e regulatório na China em relação a proteção de dados pessoais e inteligência artificial, citando a entrada em vigor do Código Civil no início de 2021; da Lei de Proteção de Informações Pessoais (“PIPL”), da Lei de Segurança de Dados, que complementam um arcabouço regulatório de proteção de dados junto com a Lei de Cibersegurança já em vigor desde 2017.
- Sofia finalizou destacando dois pontos de desenvolvimento regulatório na China que poderiam ser interessantes para o regulador e o pesquisador brasileiro: as questões de transferência internacional de dados e as propostas de regulamentação de IA na China.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçã também no [Spotify](#).

## **Inteligencia artificial, remoción de contenido y libertad de expresión**

Organización: Article 19

Moderación: Priscilla Ruiz (Article 19 - Oficina México y Centroamérica);

Panelistas: Tania Morales (Consejo para Prevenir y Eliminar la Discriminación de la Ciudad de México); Danya Centeno (Twitter); Jesús Eulises Mejía (Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM).

- Las plataformas digitales son espacios cívicos en los que se ejercen los derechos digitales, y estas entidades tienen responsabilidades en materia de derechos humanos que trascienden la ética empresarial. Los grupos ya marginados, como la comunidad LGBTI+, los movimientos feministas, los afrodescendientes y las comunidades indígenas, así como los movimientos por el derecho a la tierra, se enfrentan a más obstáculos por el uso y la aplicación desigual de las actuales directrices comunitarias.
- A medida que la inteligencia artificial sigue desempeñando un papel cada vez más importante, también es relevante y oportuno seguir explorando su uso por parte

de las plataformas digitales y cómo ciertos grupos pueden enfrentarse a impactos diferenciados como resultado.

- Los grupos marginados son especialmente vulnerables a esto y su derecho a la libertad de expresión y al acceso a la información se ve afectado de forma desproporcionada. Internet se ha convertido en un espacio en el que estas comunidades pueden hablar y compartir con un público más amplio y continuar con su activismo durante la pandemia mundial, pero la misma herramienta que permite que sus voces crezcan también permite la restricción discriminatoria de sus expresiones.
- Un área en la que están surgiendo tendencias preocupantes es la aplicación desigual de las directrices comunitarias y, por tanto, la eliminación y moderación excesiva de contenidos por parte de las plataformas en línea para los grupos marginados y vulnerables, que a menudo no tienen los recursos suficientes para impugnar tales decisiones.

Vea la grabación completa del panel en [Youtube](#).

Escúchalo también en [Spotify](#).

## **Research Data, AI and Data Protection Law: What Research 'Exceptions' Mean for the Development and Use of AI Technologies**

Organized by: Future of Privacy Forum – FPF

Moderation: Katerina Demetzou (FPF)

Speakers: Lee Matheson (FPF); Pablo Palazzi (Allende & Brea Attorneys/Universidad de San Andrés); Nelson Remolina Angarita (Universidad de los Andes); Marcela Mattiuzzo (VMCA Attorneys); Lucas Borges de Carvalho (Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD).

- The panel discussed how in the AI context, where high quality datasets containing personal data are critical to train and develop core algorithms and to continuously improve them, research exceptions are particularly crucial to the development of

new technologies – but may also represent a significant increase in risk to the individuals concerned because of the unique impacts of automated decision making tools.

- A key area of discussion was the ongoing debate around how best to define the scope of processing activity that “counts” as acceptable “research” – and whether “research exceptions” should include research activities carried out by the private sector.

Watch the full recording of the panel on [YouTube](#).

You can also listen to it on [Spotify](#).

## **Vigilâncias na América Latina e suas implicações sócio-políticas: localizando, generificando e racializando o debate**

Organização: Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio - CTS-FGV

Moderação: Yasmin Curzi (CTS-FGV) & Walter Britto Gaspar (CTS-FGV)

Palestrantes: Bianca Kremer (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP); Nina da Hora (CTS-FGV); Luã Cruz (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec); Juan de Brigard (Fundación Karisma)

- A mesa procurou trazer como ponto de contribuição a necessidade de se olhar a vigilância a partir de uma perspectiva de territorialidades, de gênero e de raça. Esta virada epistemológica se justifica pelo fato de que historicamente o direito, a ciência, a tecnologia são desenvolvidos a partir de uma epistemologia masculina, branca e do Norte.
- A primeira fala, de Bianca Kremer, salientou que o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias são coordenados pela hegemonia do Norte em relação ao Sul Global, processo este que ocorre de forma extrativista. Há apropriação de matéria prima, trabalho humano e pilhagem de dados dos países do Sul Global, para a lucratividade e projetos de poder dos países do Norte Global. Nesse sentido, os riscos colocados pela vigilância para a privacidade e para o exercício de direitos fundamentais de habitantes dos países do Sul Global não operam de forma isonômica em relação aos países do Norte Global.

- A segunda fala foi de Abdias Zambrano (IPANDETEC) que participou de forma virtual. Zambrano apresentou pesquisa conduzida pelo IPANDETEC no Panamá, Guatemala e Costa Rica sobre videovigilância. A pesquisa chamou a atenção para o fato de que a violência na América Central é utilizada enquanto retórica discursiva por gestores para implementação de reconhecimento facial e videovigilância – medidas estas que seriam “tecnosolucionistas”, favorecendo apenas as empresas contratadas para tais serviços e a popularidade dos gestores, sem que o problema da violência fosse, de fato, enfrentado na prática.
- A terceira fala foi de Juan de Brigard (Fundación Karisma), que apresentou a pesquisa “Vigilando a las Buenas Madres”, conduzida pela Fundación. A pesquisa fala sobre o programa de assistência social de transferência de renda da Colômbia, focalizado em mães de família em situação de pobreza. O programa institui uma série de condições para o recebimento do auxílio, e se traduz em uma vigilância imensa do Estado em relação às mães – que devem cumprir diversos critérios de comportamento para não serem desligadas do programa. A pesquisa pode ser acessada aqui: [https://web.karisma.org.co/wp-content/uploads/2021/03/Vigilando\\_a\\_las\\_buenas\\_madres\\_Informe\\_Karisma-1.pdf](https://web.karisma.org.co/wp-content/uploads/2021/03/Vigilando_a_las_buenas_madres_Informe_Karisma-1.pdf).
- A quarta fala foi de Nina da Hora (CTS-FGV), que trouxe a perspectiva da construção das tecnologias de vigilância. A pesquisadora apontou que o desenvolvimento é feito sem questionamento e avaliação de riscos, destacando a importância da presença de áreas interdisciplinares nas empresas que desenvolvem tecnologias para apontar problemas éticos.
- A última fala foi de Luã Cruz (IDEC), que destacou a campanha #TireMeuRostodeSuaMira que procura dismantelar projetos que visam implementar reconhecimento facial de forma descriteriosa em diversos municípios do país. Cruz falou sobre a incidência jurídica e legislativa do IDEC em relação a projetos de implementação deste tipo de tecnologia, destacando o ganho de causa desta instituição em demanda judicial contra a ViaQuatro e o Metrô de São Paulo, cujos projetos para a implementação de reconhecimento facial violavam direitos dos consumidores e transparência licitatória.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçá também no [Spotify](#).

## Cidades inteligentes no Brasil: questões transversais do direito à cidade aos direitos digitais

*MyData Track*

Organização: Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio – CTS-FGV

Moderação: Luca Belli (CTS-FGV/CyberBRICS)

Palestrantes: Jess Reia (University of Virginia); Hannah Draper (INDELA Fund); João Carabetta (Prefeitura do Rio de Janeiro).

- O painel buscou apresentar uma abordagem que tocasse os planos regional, nacional e local, indo de uma análise ampla sobre a implantação de cidades inteligentes na América Latina, para uma análise da situação brasileira e, por fim, uma visão de iniciativas empregadas na cidade do Rio de Janeiro.
- O painel deu continuidade a uma série de debates levantados na edição anterior da CPDP LatAm, reforçando a noção das cidades inteligentes enquanto um conceito multidimensional. A regulamentação, implementação e conceptualização do termo não são universais, ou seja, existem especificidades locais que devem ser levadas em consideração durante a análise desse tópico. No painel também foram apresentados alguns dos resultados da pesquisa apresentada no livro “Smart cities no Brasil: regulação, tecnologia e direitos”, organizado por Luca Belli e Jess Reia.
- No que se refere ao impacto social das cidades inteligentes, existe uma tensão entre duas abordagens: por um lado, observa-se os governos municipais enquanto facilitadores da governança das cidades inteligentes, promovendo ecossistemas digitais locais, além de uma maior eficiência nos serviços públicos e participação popular. Por outro lado, existem relevantes críticas à vigilância excessiva empregada pelos serviços “inteligentes”, além de uma visão dos cidadãos apenas como consumidores desses serviços.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçã também no [Spotify](#).

## Mudanças na política de privacidade do Whatsapp: atuação interinstitucional de autoridades de proteção de dados, concorrência e consumidor

*MyData Track*

Organização: Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio – CTS-FGV

Moderação: Nicolo Zingales (CTS-FGV)

Palestrantes: Rodrigo Luchinski (Comisión Nacional de Defensa de la Competencia – CNDC); Juliana Domingues (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE); Carlos Bruno (Ministério Público Federal); Dario Durigan (Meta/WhatsApp); Juliana Oms (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec); Fabrício Lopes (Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD).

- A relevância desse painel reside principalmente em sua capacidade de reunir representantes das autoridades reguladoras que atuaram diretamente no caso das mudanças na política de privacidade do WhatsApp, além de um representante da própria plataforma. Nesse sentido, o debate de alto nível desenvolvido pelos palestrantes pôde trazer diferentes perspectivas sobre o caso em questão.
- Também é necessário destacar as intervenções da sociedade civil, representada pelo Idec, e de uma autoridade estrangeira que abordou o mesmo caso a partir de uma perspectiva diferente, o CNDC da Argentina. Tais pontos foram essenciais para enriquecer ainda mais o debate e promover um diálogo entre governo, setor privado e sociedade civil não apenas a nível nacional, mas também a nível regional.
- Um ponto importante de consenso no debate foi acerca da necessidade, em casos envolvendo dados como ativo empresarial, de diálogo e colaboração entre reguladores de concorrência, proteção de dados, direito do consumidor, assim como do ministério público federal. Nesse respeito, acordos interinstitucionais podem assumir um papel estratégico.
- Também foi destacada a importância de pautar a relação entre reguladores e empresas no diálogo, particularmente face a cenários com forte assimetria informativa.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçá também no [Spotify](#).

## Proteção de dados de crianças e adolescentes e IA: uma mirada sul-americana

Organização: Instituto Alana & Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa - DPBR

Moderação: Marina Meira (DPBR)

Palestrantes: João Francisco de Aguiar Coelho (Instituto Alana); Sara Soubelet (Asociación por los Derechos Civiles); Lionel Brossi (Universidad de Chile/BKC-Harvard University); Elias Haig (CECODAP)

- O painel discutiu a privacidade e proteção de dados de crianças e adolescentes no contexto latinoamericano. Mais especificamente, foram compartilhadas experiências sobre a realidade brasileira, argentina, chilena e venezuelana. Os expositores, ainda, trouxeram em suas falas preocupações sobre o atual modelo de negócios das plataformas digitais e como ele afeta os direitos de crianças e adolescentes, que hoje, diferentemente de outras gerações, já nascem inseridas em um mundo datificado e plataformizado. Um diferencial do painel foi contar com a participação de um adolescente, que pode trazer suas percepções pessoais sobre o avanço das novas tecnologias. Ele apontou como os desenvolvedores delas não incluem crianças e adolescentes em debates sobre sua concepção.
- Além das discussões travadas, o painel marcou o lançamento do relatório Dados e direitos na infância e adolescência no ambiente digital: caminhos jurídicos para proteção legal no Brasil e Argentina. O documento foi produzido por Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, Instituto Alana e Asociación por los Derechos Civiles, todas as organizações participantes do painel.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouça também no [Spotify](#).

## Tackling surveillance through decentralization – discussing infrastructure and token economics

*MyData Track*

Organized by: Nym Technologies

Moderation: Andrés Araúz (Universidad Nacional Autónoma de México/Nym Technologies)

Speakers: Gustavo Ammatturo (Fundación Iberoamericana de Telemedicina/Chronos Pay); Octavio Rossel (GNU); Harry Halpin (Nym Technologies); Rafael Bonifaz (Derechos Digitales); Sally Burch (Agencia Latinoamericana de Información - ALAI).

- Human rights to privacy and personal data have to be embedded in the technology itself, as well-intentioned regulations are not enough because of loopholes, carve-outs, vulnerabilities and non-compliance that enable adversarial, intrusive, corporate or state surveillance.
- Central bank digital currencies are en route to become a centerpiece of the monetary system and they can be technologically designed to be characterized by auditability, common-based inclusion and human rights protection.
- As a result of the panel - and the conference in general - we will embark on two concrete initiatives: a handbook on effective non-regulatory privacy technology for government practitioners and a privacy and data protection standard for central bank digital currencies.

Watch the full recording of the panel on [YouTube](#).

You can also listen to it on [Spotify](#).

## Day 2 – July 13th, 2022

### Como regular os usos de alto risco da biometria em sistemas de IA

Organização: Centro de Direito, Internet e Sociedade do Instituto Brasileiro de Ensino Desenvolvimento e Pesquisa - CEDIS-IDP

Moderação: Hannah Draper (INDELA Fund)

Palestrantes: Flora Sartorelli (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM); Luã Cruz (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec); Daniel Leufer (Access Now); Olga Lucía Camacho (Dejusticia).

- O painel apresentou como objetivo suscitar o debate entre especialistas com bagagem multidisciplinar e incentivar a discussão sobre o tratamento de dados biométricos em sistemas de Inteligência Artificial, inclusive em sistemas de identificação biométrica remota (RBI), espaços de acesso público ou em espaços de prestação de serviços essenciais.
- As exposições dos Srs. Daniel, Flora, Lucía e Luã consideraram que os dados biométricos são um tipo específico de dados pessoais que, segundo definição da RGPD, se referem aos dados físicos, psíquicos e comportamentais que permitem ou confirmem a identificação única da pessoa física. Conforme apresentado pelo Sr. Daniel, as características principais são a “coleccionabilidade”, ou possibilidade de ser mensurável; a universalidade, já que tais características se referem a todas as pessoas; singularidade, em razão de se estarem associadas particularmente a cada pessoa; além de que tais informações permanecem através do tempo, já que não se pode alterar as impressões digitais ou rostos. Portanto, como também ressaltado pela Sra. Lucía, pode-se entender que a exposição desses tipos de dados envolve, às vezes, danos irreversíveis. Em conjunto a essa compreensão, o Sr. Luã dispôs que as ferramentas de biometria em sistema de IA são capazes de identificar e rastrear pessoas em todos os lugares que vão e podem violar direitos como privacidade, proteção de dados pessoais, de liberdade, reunião, associação, por exemplo. Além do mais, podem fazer com que as pessoas se sintam inibidas, minando o direito de exercer sua liberdade de expressão, que podem potencializar graves abusos e violações de direitos humanos no mundo.

- Em resposta ao público que acompanhou o painel, compreenderam que a definição de locais públicos é realmente ampla e engloba o conceito de locais acessíveis ao público, ainda que sejam cobrados ingressos para acesso. Deve-se entender, neste sentido, os potenciais benefícios do uso dessas tecnologias nos espaços e considerar que o risco não está apenas na coleta, mas como também em todo o processo de tratamento dos dados. 4 Por fim, para medidas como avaliação de deep fakes, deve-se considerar as bases legais que justifiquem a coleta dos dados pessoais disponíveis na internet.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçã também no [Spotify](#).

## Digital transformation: what role for data privacy

Organized by: Center for Technology and Society of FGV Law School – CTS-FGV

Moderation: Luca Belli (CTS-FGV)

Speakers: Dirceu Santa Rosa (International Association of Privacy Professionals – IAPP); Renata Ávila (Open Knowledge Foundation); Grace Mutung'u (Open Society Foundations); Laura Bingham (Institute for Law, Innovation and Technology of the Temple University Beasley School of Law).

- This panel aimed at analyzing digital transformation in a critical view, especially considering the realities of Global South countries. There have been novel approaches emerging in many countries and regions, such as the EU and BRICS countries, which may provide invaluable insight on public policy decisions regarding digital transformation strategies in Latin America.
- While digital transformation can bring many positive consequences, it is also important to observe this concept critically. The digitalization of identities, for instance, could lead to violations not limited to personal data. In this sense, it is important not to simply “export” Global North views to Global South realities: for example, while the traditional privacy scholars focus on individual’s privacy, this might not be the main starting point in many non-Western cultures.

- The COVID-19 pandemic was a huge drive for digital transformation in many Global South countries. It was also the opportunity for Big Techs to offer digital solutions for desperate governments, who ultimately paid little to no attention to data protection concerns, endangering the personal data of vulnerable groups such as children.

Watch the full recording of the panel on [YouTube](#).

You can also listen to it on [Spotify](#).

## **Do not break them up... Break them open! Emerging approaches in the BRICS to data portability and interoperability in digital ecosystems**

*MyData Track*

Organized by: Center for Technology and Society of FGV Law School – CTS-FGV

Moderation: Nicolo Zingales (CTS-FGV) & Ian Brown (CTS-FGV/CyberBRICS Project)

Speakers: Kai Jia (University of Electronic Science and Technology of China); Vikas Katuria (BML Munjal Law School); Mariana Cunha e Melo (Belvo); Daria Kotova (Higher School of Economics); Carolina Rossini (The Datasphere Initiative).

- The panel discussed recent regulatory initiatives in BRICS jurisdictions aimed at enhancing data portability and interoperability in digital ecosystems. It is now evident that interoperability is being implemented beyond the banking sector, which has been a pioneer with Open Banking initiatives. In countries such as China, India and Russia, it is important to highlight that interoperability in the financial sector has been largely fostered by public institutions such as the countries' Central Banks.
- BRICS countries have showed great proactivity in digital issues over the past few years. It is important however that the joint initiatives pursued by the five countries must be based on interoperability, both technically and legally. Interoperability should allow cost reductions among commercial transactions, increasing efficiency in government services and a sounder competition among actors in the private sector.

- Efforts to promote data portability so far have been only partially successful, due to the lack of common standards, and other procedural hurdles and limitations.
- Panelists stressed the need to think clearly about the objectives beyond portability, in order to allow proper balancing between the different issues at stake. For instance, the extent to which big tech companies should be limited in the ability to collect more data through portability requests has been discussed, pointing as a possible solution to the reciprocity requirements established for open banking participants in Brazil.

Watch the full recording of the panel on [YouTube](#).

You can also listen to it on [Spotify](#).

## **Tem um robô no parquinho! Como fomentar inovação e desenvolvimento ético com projetos de sandbox regulatório em inteligência artificial**

*MyData Track*

Organização: Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

Moderação: Thiago Moraes (ANPD)

Palestrantes: Jonathan Mendoza (Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales – INAI); Nelson Remolina Angarita (Universidad de Los Andes); Jamila Venturini (Derechos Digitales); Carina Quirino (Subsecretária de Regulação e Ambiente de Negócios do Município do Rio de Janeiro)

- Intercâmbio de experiências de regulação experimental na América Latina, tais como o sandbox de Privacy by design de IA, da Super Intendencia de Comércio – SIC (Colombia), o protótipo de políticas públicas do projeto Open Loop no México (Meta e DeepMinds, com participação do Instituto Nacional de Acceso a la Información – INAI) e o recém-desenhado programa Sandbox Rio, da prefeitura do RJ.
- Insumos para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD realizar um estudo exploratório sobre a viabilidade de um programa de sandbox.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçã também no [Spotify](#).

## **Comparando as abordagens brasileira e europeia de governança de IA e de dados**

Organização: Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio (CTS-FGV)

Moderação: Yasmin Curzi (CTS-FGV) & Walter Britto Gaspar (CTS-FGV)

Palestrantes: Estela Aranha (Membra da Comissão de Juristas do Senado Federal sobre Inteligência Artificial); Carlos Oliveira (Ministro Conselheiro da Missão da União Europeia no Brasil); Tiago Machado (Diretor de Relações Institucionais da Telefônica/Vivo Brasil)

- O formato multissetorial do painel, reunindo representantes da Academia, setor privado e governo, permitiu o fluir de uma discussão de alto nível em que foram pontuadas questões sobre o desenvolvimento e a regulação da Inteligência Artificial sob diferentes aspectos. Questões como a soberania, os custos da relação B2B, a criação de data pools, o compartilhamento compulsório e a criação de intermediários foram apontadas como essenciais para se discutir a governança de IA e de dados.
- Ao abordar o cenário europeu, o Ministro Carlos Oliveira apresentou não apenas o quadro regulatório já estabelecido na União Europeia para a economia digital, mas também ressaltou um importante vínculo entre o bloco e o Brasil: o EllaLink, cabo submarino que permite o diálogo de ideias e a promoção do progresso social para ambos os lados. Iniciativas como essa mostram como a cooperação internacional opera no campo da tecnologia, sendo um exemplo para o desenvolvimento de iniciativas para a regulação de IA e para uma harmonização internacional em questões tecnológicas.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçã também no [Spotify](#).

## Lawyers under digital surveillance

Organized by: Open Knowledge Foundation

Moderation: Renata Ávila (Open Knowledge Foundation)

Speakers: Deborah Hrbeck (Lawyer); Daniela Eilberg (Laboratório de Inovação e Desenvolvimento do Conselho Nacional de Justiça - LIODS/CNJ).

- The panel discussed how targeted surveillance of lawyers, judges, and prosecutors severely harms due process and a potential fair trial.
- The participant lawyers discussed a comparative perspective in the US and Latin America and whether evidence gathered via targeted surveillance could be the base for a prosecution or not.
- The panel also discussed the effects of surveillance on witnesses and jury members, medical doctors and other experts rendering testimonies before a court.
- The panel considered it necessary to push bodies such as the bar associations and the judiciary to restrict surveillance technologies and the admission of irregularly obtained evidence on trial.

Watch the full recording of the panel on [YouTube](#).

You can also listen to it on [Spotify](#).

## Privacy preserving machine learning and addressing privacy harms

*MyData Track*

Organized by: Meta Platforms

Moderation: Ayaz Minhas (Meta)

Speakers: Oussama Berqi (Meta); Claudia Del Pozo (Eon Resilience Lab by C Minds); Runchao Jiang (Meta); David Lehr (Meta)

- Alongside regulation and across industry, privacy enhancing technologies (PETs) will likely play a key role in balancing user privacy interests with companies' use of

data, especially with the development and deployment of Artificial Intelligence assets.

- Policy conversations surrounding PETs should take into consideration key tensions and tradeoffs, such as tradeoffs between data utility and data privacy.
- Meta has applied PETs to enhance stakeholder privacy prior to open sourcing its SEER computer vision model (<https://ai.facebook.com/blog/seer-10b-better-fairer-computer-vision-through-self-supervised-learning-training-on-diverse-datasets/>) and for conducting fairness research on Instagram (<https://ai.facebook.com/blog/assessing-fairness-of-our-products-while-protecting-peoples-privacy/>).

Watch the full recording of the panel on [YouTube](#).

You can also listen to it on [Spotify](#).

## **Tendencias en la implementación de IA: una perspectiva crítica desde el sur global**

Organização: Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa – DPBR

Moderação: Bruno Bioni (DPBR)

Palestrantes: Jamila Venturini (Derechos Digitales); Adeboye Adegoke (Paradigm Initiative); Paola Ricaurte (Department of Media and Digital Culture, Tecnológico de Monterrey)

- O painel teve como um de seus objetivos dar continuidade a articulações prévias entre organizações e pesquisadoras situadas em países do Sul Global acerca das diferentes facetas da implementação da IA nesses países e regiões. Dessa forma, foi a continuidade de iniciativas como o webinar LGPD em movimento: Regulação da IA no Brasil e no Sul Global, e do apoio da Derechos Digitales à Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, por meio de seu fundo de resposta rápida, para atuação no processo regulatório em curso no Brasil. Como resultado, essas relações foram fortalecidas e estreitadas.

- Nesse sentido, recentemente encerrou o projeto apoiado pela DD e será publicado um artigo sobre o antirracismo e anti-discriminação como não apenas debates necessários, mas vetores estruturantes de qualquer regulação da Inteligência Artificial no Brasil que se pretenda coerente com os desafios do país. Além disso, as parcerias iniciadas ou fortalecidas com a realização do painel devem seguir com o desenvolvimento de um projeto focado exclusivamente em processos de datificação e impactos sobre a democracia no Sul Global.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçá também no [Spotify](#).

## Pré-lançamento do Web Summit

Organização: Invest.Rio & Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio – CTS-FGV

Moderação: Walter Britto Gaspar (CTS-FGV)

Palestrantes: Rodrigo Stallone (Invest.Rio); Luca Belli (CTS-FGV/CyberBRICS); Nina da Hora (Conselho de Segurança do TikTok/CTS-FGV); Renata Ávila (Open Knowledge Foundation)

- A Web Summit organiza alguns dos maiores eventos de tecnologia do mundo, tendo reunido um público de mais de 700.000 pessoas em 10 anos de atividades. A empresa não apenas organiza esses eventos, mas também, de forma inovadora, desenvolve os softwares utilizados para a gestão de tais eventos. Em 2023, a Web Summit sediaá seu primeiro evento na América do Sul, o Web Summit Rio, que já vem sendo descrito como o maior evento de tecnologia do Brasil. O Web Summit Rio também será uma experiência única para networking, considerando que o evento deve reunir partes interessadas de diferentes setores, indo de CEOs até ativistas.
- No painel, os palestrantes abordaram os desafios na organização de um evento dessa estatura, especialmente no que se refere à necessidade de promover a

inclusão e a igualdade de gênero, assim como a diversidade racial e nacional. Para que seja promovido um evento que agregue diferentes pontos de vista sobre questões relevantes acerca da tecnologia, também é importante garantir uma representação variada de partes interessadas, desde as pequenas empresas do setor até as Big Techs. No que se refere às oportunidades que o Web Summit Rio pode trazer, é importante destacar que um evento desse porte pode colocar o Rio de Janeiro no centro das atenções das questões digitais, promovendo-se a criação de um hub de tecnologia e uma comunidade de especialistas na cidade.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçá também no [Spotify](#).

## **Promises and practical challenges to data protection compliance for SMEs: a comparative view across LatAm**

*MyData Track*

Organização: Center for Technology and Society of FGV Law School – CTS-FGV & MyData Brasil

Moderação: Nicolo Zingales (CTS-FGV/MyData)

Palestrantes: Ana Brian (Universidad de Montevideo/UN Special Rapporteur on the Right to Privacy); Pablo Palazzi (Allende & Brea Attorneys); Matías Aranguiz (Pontificia Universidad Catolica de Chile); Erica Bakonyi (CTS-FGV)

- Apresentou-se no painel uma prévia de alguns dos resultados provenientes do projeto de pesquisa “E-commerce: Regulação e Novos Modelos de Negócio” relativos, precisamente, à judicialização da matéria de proteção de dados pessoais nos Tribunais brasileiros. Em debate, teceram-se igualmente algumas considerações relativas à Resolução CD/ANPD nº. 2, de 2022, sobre a aplicação da LGPD para os agentes de pequeno porte.
- Desvelou-se que no Uruguai a regulação nacional de proteção de dados não inclui a realidade das PMEs. Entretanto, embora não haja previsão específica, insta salientar que nem a nomeação de encarregado pelo tratamento de dados, nem a elaboração de PIAs (Privacy Impact Assessment) são determinações cogentes

para os PMEs. Por fim, informou-se que a judicialização da matéria apresenta, como tema recorrente, celeumas atreladas à negação de direitos de titulares de dados. No contexto específico das PMEs, nada foi encontrado.

- No contexto legislativo da Argentina, informou-se que, embora exista norma dedicada às PMEs, nada consta em relação à matéria de proteção de dados pessoais. Assim como no Uruguai, a Agência de Proteção de Dados não exige a nomeação de encarregado pelo tratamento de dados, nem a realização de PIAs, pelos SMEs haja vista a burocracia atrelada aos seus respectivos sigilos. Sobre a judicialização da matéria, identificaram-se os temas recorrentes.
- Sobre o Chile, debateu-se sobre a legislação nacional de proteção de dados e a opção pela não incorporação de uma Autoridade de controle própria. Identificou-se uma média de 30 casos durante o período de aproximadamente 20 anos de vigência legislativa. Na maioria desses havia o pedido de eliminação de dados (exclusão de registros financeiros e penais). Apresentaram-se alguns percentuais relativos à digitalização das PMEs e seus respectivos desafios face à privacidade e proteção de dados.

## **Reconocimiento facial em América Latina: de la vigilancia invisible a la supervisión informada com perspectiva de derechos humanos**

Organización: ALSUR

Moderación: Eduardo Carrillo (TEDIC)

Panelistas: Juan de Brigard (Fundación Karisma); Dilmar Villena (Hiperderecho); Abdías Zambrano (IPANDETEC); Barbara Simão (InternetLab); Joana Varon (Coding Rights); Jamila Venturini (Derechos Digitales).

- El espacio se constituyó en un importante espacio de networking no solamente entre los panelistas, sino también entre el público presente. Había una interesante amalgama de personas participantes, siendo muchas de ellas personas ajenas a una perspectiva de derechos humanos que analiza el impacto de tecnologías biométricas sobre cuestiones como la libertad de expresión, la privacidad, etc.
- El espacio fue particularmente útil para presentar el [informe](#) elaborado por ALSUR, así como también para presentar la plataforma [Reconocimiento facial](#), que aloja

toda la información del informe en un formato interactivo para las personas que necesitan la mayor desagregación posible de datos.

- El debate también fue de utilidad porque hubieron representantes de la Municipalidad de Rio y también de órganos de justicia que manifestaron su interés para aprender más sobre los argumentos del consorcio y de las organizaciones exponentes.
- Por otra parte, la campaña liderada por IDEC y Coding Rights en alianza con vereadores de todo Brasil, y que buscan la prohibición en la implementación de este tipo de tecnología también fue particularmente recibida con mucho interés.

Vea la grabación completa del panel en [Youtube](#).

Escúchalo también en [Spotify](#).

## **Transparência algorítmica, accountability e preservação do segredo de negócio**

*MyData Track*

Organização: Centro de Direito, Internet e Sociedade do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – CEDIS-IDP

Moderação: Danilo Doneda (CEDIS-IDP)

Palestrantes: Mônica Tiemy Fujimoto (CEDIS-IDP); Flavia Mitri (Uber); Rafael Zanatta (Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa – DPBR); Katerina Demetzou (Future of Privacy Forum – FPF).

- O painel "Transparência algorítmica, accountability e preservação do segredo de negócio" motivou discussões riquíssimas e troca de experiências sobre diferentes pontos de vista. Além de serem apresentadas as perspectivas da academia e da sociedade civil sobre o conceito de segredo de negócio e regime jurídico no Brasil, também foram identificadas discussões sobre a sua forma de tratamento em outras áreas como o direito concorrencial e do consumidor.
- Foram debatidos os desafios técnicos a serem enfrentados na avaliação de algoritmos que são classificados como um segredo de negócio, além da

experiência internacional ao enfrentar o tema. Ao final, o público participou ativamente do debate sobre os desafios que o tratamento do tema impõe, demonstrando a importância do painel para incentivar reflexões sobre o assunto.

Assista à gravação completa do painel no [Youtube](#).

Ouçá também no [Spotify](#).